



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Coordenadoria do Sistema Jurídico

MINUTA DE CONVÊNIO Nº 41653888/2022

Processo nº E-14/002937/2004

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PRODERJ, PARA FINS DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 42.498.600/0001-71, representado pela **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PGE**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 28.060.424/0001-60 com sede na Rua do Carmo nº 27, Centro, Rio de Janeiro, representada neste ato pelo Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Bruno Dubeux, OAB nº 114563/RJ, e o **Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro** – doravante denominado **PRODERJ**, inscrito no CNPJ nº 30.121.578/0001-67 com sede na Rua da Conceição, n.º 69, andar 25, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.051-011, representado neste ato por seu Presidente, Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, portador da carteira de identidade nº 522123-4, expedida pela Marinha do Brasil, CPF nº 000.803.557-14, à vista do contido no processo administrativo nº **E-14/002937/2004**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO** com observância da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, do Decreto estadual nº 40.500, de 01 de janeiro de 2007, e suas alterações posteriores, e das demais disposições legais aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é a soma de esforços dos partícipes com o objetivo comum de assegurar a representação judicial dos processos nos quais o PRODERJ figure como parte ou interessado, exclusivamente no Estado do Rio de Janeiro, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

2. CLAUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES DOS PARTÍCIPIES

I - Compete à Procuradoria Geral do Estado, observado o disposto na Cláusula Primeira:

- a) propor, defender e acompanhar os processos judiciais, perante qualquer instância, foro ou tribunal;
- b) sustentar oralmente junto aos Tribunais do Estado do Rio de Janeiro, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, a defesa nos processos, elaborando, se necessário, os respectivos memoriais escritos;
- c) orientar o PRODERJ quanto ao cumprimento de decisões judiciais;

d) fornecer informações sobre o andamento dos processos requeridos pela Assessoria Jurídica ou Presidência do PRODERJ de maneira individualizada e pontual.

II - Compete ao PRODERJ:

a) receber citações e intimações judiciais, por meio de seu representante legal, encaminhando cópia dos mandados e demais peças que os instruem à Procuradoria Geral do Estado nas 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao recebimento;

b) fornecer, prioritariamente, todas as informações administrativas que lhe forem solicitadas pela Procuradoria Geral do Estado com intuito de promover a defesa do PRODERJ em juízo ou de orientar o cumprimento de decisão judicial;

c) fornecer procurações subscritas por seu representante legal, constituindo como seus patronos os Procuradores do Estado indicados pela Procuradoria Geral do Estado, cujos poderes poderão ser substabelecidos;

d) providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, a publicação de extrato do presente instrumento de convênio no Diário Oficial do Estado;

e) encaminhar, até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura, cópia do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, na forma e prazo determinados por este.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Qualquer serviço extraordinário, mesmo não expressamente previsto neste Convênio, poderá ser igualmente prestado se houver mútua conveniência nesse sentido, sempre mediante assinatura de termo específico.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As ações judiciais ajuizadas entre o fim da vigência do Convênio nº 01/2017 e a assinatura do presente instrumento serão, igualmente, patrocinadas pela Procuradoria Geral do Estado, que deverá, caso ainda não tenha sido providenciado, receber, imediatamente, os mandados de citação, bem como as informações e documentos necessários à defesa da entidade, convalidando-se, ainda, os atos de representação judicial eventualmente praticados no referido período.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos termos do Decreto estadual nº 46.861/2019, está a Procuradoria Geral do Estado autorizada a receber citações eletrônicas.

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos do parágrafo terceiro, a Procuradoria Geral do Estado encaminhará para a entidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas seguintes ao recebimento, cópias dos mandados e demais peças que instruem as citações eletrônicas.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACORDOS JUDICIAIS**

A realização de acordo extrajudicial ou transação judicial dependerá de prévia aprovação do Presidente do PRODERJ e da Procuradoria Geral do Estado, na forma da Lei nº 9.629/2022.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOS ATOS QUE DEPENDEM DA APROVAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO**

A suspensão do processo, assim como a dispensa de interposição de recursos em tese cabíveis ou, até mesmo, a desistência dos já interpostos, quando, do exame dos fatos, evidenciar-se a impossibilidade de

resultado favorável ou a contraindicação em face da lei ou da jurisprudência predominante, dependerá da aprovação do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Os honorários de sucumbência decorrentes de condenação imposta em favor do PRODERJ, nos processos em que este venha a ser representado, por Procuradores do Estado, bem como os honorários que forem adicionados ao crédito da PRODERJ, na hipótese de acordos promovidos pela Procuradoria Geral do Estado, serão revertidos para o Fundo Orçamentário Especial instituído pela Lei nº 772, de 22 de agosto de 1984, nos termos previstos em seu art. 3º, inciso II, devendo, tão logo recebidos, ser recolhidos, mediante guia de modelo próprio, em instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, em conta corrente de titularidade do Fundo Orçamentário Especial do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado (Provimento n.º 175, de 16 de maio de 1988, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro).

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, devendo a outra parte ser notificada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio vigorará por 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado pela vontade dos partícipes.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

O foro do presente Convênio é o da capital do Estado do Rio de Janeiro e todas as divergências decorrentes da sua execução, que não puderem ser dirimidas pelas partes, serão, prioritariamente, resolvidas pela Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias – CASC, na forma do Decreto estadual nº 46.522, de 10 de dezembro de 2018, e, na sua impossibilidade, pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

BRUNO TEIXEIRA DUBEUX

Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA

Presidente do Centro de Tecnologia de Informação
e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Teixeira Dubeux, Procurador-Geral do Estado**, em 26/10/2022, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 28/10/2022, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **41653888** e o código CRC **7C836A09**.

Referência: Processo nº E-14/002937/2004

SEI nº 41653888

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020

Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>